

HUSSERL E A DIGNIDADE DA RAZÃO

Carlos Roberto Drawin

SANTOS, José Henrique. *Do empirismo à fenomenologia. A crítica do psicologismo nas Investigações Lógicas de Husserl*. São Paulo, Edições Loyola, 2010.

Talvez a resenha de um livro de filosofia devesse se ater apenas ao exame crítico da obra em questão. No entanto, no caso desta “Nota Bibliográfica” não podemos deixar de fazer alusão e, mais do que isto, prestar homenagem ao seu autor, o Prof. José Henrique Santos, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Faz jus ao título de professor emérito aquele que alcança uma posição eminente na vida acadêmica. Este é o caso, sem sombra de dúvida, do Prof. José Henrique Santos. Amplamente reconhecido pela comunidade filosófica brasileira por sua competência específica, por sua extensa erudição e pela profundidade de sua reflexão, a sua trajetória intelectual pode ser tomada como exemplar, seja por suas qualidades intrínsecas de rigor e seriedade, seja pela nunca desmentida integridade ética que a pautou. Desde cedo, ainda no início de sua carreira docente, dedicou-se, com a persistência de seu trabalho e o vigor de sua jovem inteligência, à difícil travessia do pensamento alemão. Muitos frutos resultaram de seu incansável empenho e penetração espiritual e dentre eles destacou-se a sua tese de doutorado – intitulada *Do empirismo à fenomenologia. A crítica antipsicologista de Husserl e a ideia da lógica pura* – que foi publicada em Portugal e desde então se tornou referência obrigatória para os estudiosos brasileiros da fenomenologia husserliana. No prosseguimento de suas pesquisas voltou-se para um domínio não menos árduo: a leitura paciente, rigorosa e fecunda das obras clássicas do Idealismo Alemão. Novos frutos não se fizeram esperar. Logo se converteu em estudioso respeitado do pensamento de Kant e minucioso

leitor da *Crítica da razão pura*. Mas, para além da filosofia crítica kantiana e, lançando-se num empreendimento ainda mais desafiante, enfrentou os textos sumamente difíceis e tortuosos de Hegel, tornando-se, desse modo, um dos mais profundos conhecedores da *Fenomenologia do espírito* em nosso país. Como resultado de suas pesquisas hegelianas publicou em 1993, a sua tese para concurso de professor titular que investiga “o trabalho e a riqueza como momentos essenciais do movimento de autoprodução do homem” (Cf. *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do Espírito de Hegel*) e recentemente, em 2007, nos brindou com uma preciosa coletânea de ensaios sobre Hegel – intitulada *O trabalho do negativo. Ensaios sobre a Fenomenologia do Espírito* – nos quais o leitor pode novamente fruir, além do costumeiro rigor, a rara aliança da profundidade filosófica com a leveza do estilo.

Se este rápido esboço do percurso intelectual do Prof. José Henrique Santos suscita a admiração de seus colegas e enobrece a comunidade filosófica brasileira, menos não se pode dizer de seu inquebrantável compromisso com a universidade. Tendo sido coordenador de curso e chefe do Departamento de Filosofia, o reconhecimento de sua inserção intensa e quotidiana na vida acadêmica, num momento particularmente sombrio da vida política do país, o elevou aos mais altos cargos da universidade, os de Vice-reitor (1978-1982) e Reitor (1982-1986) da Universidade Federal de Minas Gerais, quando esta ainda estava ameaçada pelo arbítrio da ditadura militar em declínio. Assim, longe de se isolar em seus estudos e pesquisas e de se limitar ao valor intrínseco de seu trabalho exigente e profícuo, ele não recuou em participar do espaço público da discussão racional que faz da universidade uma comunidade de saber e de cidadania. Numa época de transição política, mas ainda com um horizonte ensombrecido pelas ameaças da repressão política, ele se mostrou um hábil negociador sem, porém, jamais transigir na firme defesa da autonomia universitária.

Não obstante, para além da excelência de seu trabalho como pesquisador e da relevância de sua presença institucional, uma qualidade que marcou a sua trajetória acima de todas as outras, foi a de sua presença paciente e discreta como professor, o que o tornou um mestre de gerações de estudantes de filosofia. Após o reitorado ele retornou à sala de aula, que é o coração mesmo da vida acadêmica e para onde confluem a pesquisa, a transmissão e a projeção social do saber cultivado. Todos os que tiveram o privilégio de conviver com ele em sala de aula são testemunhas de uma erudição sem empáfia, de uma disciplina que não se confundia com rigidez, da amplitude de um saber jamais acompanhado de arrogância, pois como todo verdadeiro mestre possuía a virtude da generosidade. Este elogio ao autor, por seus longos anos de trabalho silencioso, não nos parece supérfluo num momento em que tantos se deixam seduzir pelos critérios produtivistas e pelo brilho fácil que serve antes à própria vaidade do que árdua exigência da vida intelectual.

A obra que ora resenhamos é a oportuna edição brasileira da já aludida tese de doutorado do autor. Dividida em quatro capítulos e uma conclusão, que são subdivididos bem ao estilo husserliano em 45 parágrafos, contém uma ampla e selecionada bibliografia que inclui em ordem cronológica os títulos dos diversos volumes das obras completas do filósofo austríaco (*Husserliana*).

No primeiro capítulo é feita uma exposição abrangente e essencial do empirismo inglês como influência decisiva na determinação do projeto fenomenológico husserliano. O caráter abrangente da exposição refere-se ao seu alcance histórico que não se limita ao contexto imediato do psicologismo alemão, intensamente presente nos debates lógicos do último quartel do século XIX e que foi explícita e reiteradamente citado nos *Prolegômenos à lógica pura*, mas vai também em busca de suas raízes ao examinar não só a obra de Stuart Mill, como também as contribuições de Locke, Berkeley e, sobretudo, Hume. O caráter essencial da exposição refere-se não apenas à seleção precisa dos elementos conceptuais efetivamente relevantes para a condução do argumento husserliano em sua intenção crítica, mas também em mostrar, para além da rejeição ao psicologismo, a contribuição positiva do empirismo inglês na configuração desse mesmo argumento em sua intenção construtiva, ou seja, em seu encaminhamento na direção de uma teoria fenomenológica do conhecimento. Como observa o autor, *"Husserl retém do empirismo inglês a técnica descritiva que proporciona acesso imediato à experiência interna, mas rejeita a interpretação psicológica desses dados imediatos (fenômenos)"* (p. 43-44) e, logo em seguida, introduz uma consideração muito elucidativa não só para aquele que pretende conhecer melhor o pensamento de Husserl, mas também para quem se interroga acerca do destino da fenomenologia na história efetiva (*Wirkungsgeschichte*) da filosofia contemporânea, ao sublinhar que *"do mesmo modo, é com imensa cautela que [Husserl] acolherá mais tarde certas ideias de Descartes e Kant: retomará o cogito cartesiano não como ponto de partida para deduzir o sistema, mas como domínio da reflexão fenomenológica; como também inspirar-se-á na fenomenologia transcendental para investigar o eu puro, sem aderir, contudo, ao método crítico exigido pela revolução copernicana, que exclui, de fato, a experiência intelectual"* (p. 44).

Embora o autor não tenha pretensão de abordar, como observa em nota de pé de página (nota 12, p. 44) o confronto com o cogito cartesiano e com a filosofia transcendental kantiana, a consideração acima citada não deixa de ter um papel fundamental para a compreensão do alcance da investigação crítica husserliana acerca do psicologismo ao indicar a sua inserção em certa tendência anti-idealista da tradição filosófica austríaca. Talvez essa afirmação possa parecer estranha à luz do deslocamento idealista do pensamento husserliano que iria culminar na egologia pura das *Meditações Cartesianas* e que tanta consternação e polêmica suscitou dentre os primei-

ros discípulos do filósofo. Ainda que não seja possível discutir aqui a pertinência dessa interpretação acerca do suposto “desvio idealista” de Husserl, cabe precisar em que sentido deve ser caracterizado o seu anti-idealismo no âmbito das *Investigações Lógicas*. Trata-se antes de tudo, como não é difícil constatar, da firme recusa não só do idealismo de tipo subjetivista do empirismo inglês, mas também do idealismo kantiano na medida em que este ainda abrigava um resíduo “psicologista” que impediria que a crítica da razão chegasse a bom termo. Um déficit de radicalidade no projeto kantiano de fundamentação que produziria um duplo efeito: a restrição da intuição ao domínio do sensível e a aceitação dogmática da lógica clássica no quadro da dedução das categorias do entendimento. Desse modo, se podemos falar em “anti-idealismo” ao invés de “realismo” husserliano, a expressão deve ser entendida no sentido, apenas aparentemente paradoxal, de instauração do domínio conceptual da idealidade pura como instância imprescindível para a fundamentação da lógica. Por isso, como bem observa o Prof. José Henrique, Husserl é herdeiro da *Doutrina da Ciência* de Bolzano e de suas ideias de frases, representações e verdades em si e de uma teoria da idealidade sem a qual não se pode conceber a ideia mesma de lógica pura. (p. 153-156), que é o *terminus ad quem* da apropriação crítica do empirismo inglês.

Esse é o objetivo da “história crítica das ideias” através da qual o filósofo alemão determinou a contribuição do método empirista na constituição da filosofia fenomenológica. Assim, o princípio empirista de explicação genética pôde ser apropriado sem que também o fosse a hipoteca naturalista que pesava sobre o pensamento humeano. O arraigado nominalismo da tradição empirista impediu que Hume, em que pese a força de suas análises, acesse à descrição da consciência pura tal como se dá à intuição, isto é, em seu modo de ser essencialmente estruturado. Hume torna-se, por conseguinte, “cego para a idealidade da consciência” e o seu brilhante esforço de redução metódica tomba no reducionismo da psicologia empírica e no círculo vicioso de seu ceticismo e mostra-se incapaz de reconhecer em seu procedimento metódico o que deveria ser o seu resultado eidético, ou seja, o caráter irreduzível e essencial da idealidade da consciência que abre a perspectiva da lógica pura e, portanto, de um projeto fundacionista verdadeiramente radical que, sem se afastar da exigência do princípio de imanência, seja capaz de descortinar o problema transcendental da constituição do mundo (p. 63-68). É importante marcar bem essa intenção radical de fundamentação filosófica, pois é dela que incessantemente brotam os impulsos de uma investigação que jamais se satisfaz com os resultados alcançados. Pode-se compreender, assim, porque na perseguição do ideal da filosofia como ciência o método empirista tornou-se uma contribuição valiosa. Certamente não se pode abrir mão da instância transcendental descoberta por Descartes e Kant e sem a qual todo conhecimento cai no relativismo e na arbitrariedade, mas tal instância é antes um norte e um horizonte do que uma conquista já assegurada e, portanto, cabe ao método

analítico do empirismo inglês investigar o domínio do cogito que não é mais tomado como um ponto de partida a ser rapidamente deixado para trás. Não obstante, para que o método seja apropriado e sirva ao propósito husserliano de fundamentação é preciso que ele seja depurado de modo a evidenciar o “núcleo manifesto de sua verdade” (p. 42-47).

Por sua pressuposição naturalista e atomista, ao recusar a intuição originária do universal e do ideal, o empirismo fracassa não só na justificação dos axiomas da lógica e da aritmética, mas também do conhecimento científico objetivo, uma vez que a transcendência do objeto torna-se incompreensível, quando se deixa de lado o problema transcendental da constituição do mundo. Todos esses impasses encontram expressão exemplar no projeto de Stuart Mill de uma fundamentação psicologista da lógica e do conhecimento do mundo exterior: os princípios lógicos tornam-se acontecimentos reais da consciência que surgem de processos psicológicos específicos como a repetição que *“fixa e identifica os atributos semelhantes de experiências singulares diversas, aos quais um nome comum empresta razoável estabilidade”* (p. 86) e, do mesmo modo, na ausência da instância ideal do conceito, a realidade do mundo enquanto totalidade objetiva e estável tende a se diluir no fluxo da consciência psicológica e só se sustenta como *“uma quase realidade à qual o sujeito dá o assentimento da crença”* (p. 78). A lógica destituída de sua autonomia torna-se um ramo da psicologia enquanto esta pode ser concebida como ciência da natureza humana ou como plena integração do “espírito” na história da natureza.

A primeira obra filosófica de Husserl, *A filosofia da aritmética*, ainda está comprometida com o programa psicologista ao misturar análises lógicas e psicológicas na investigação dos princípios da aritmética e, sobretudo, do conceito de número e, por isso, a sua pretensão fundacionista encontra-se prejudicada pela aceitação *“do pressuposto empirista de que o universal é constituído em função de operações singulares repetidas n vezes”* (p. 91). Não obstante, como observa o autor, o método genético do empirismo exerceu um papel mais do que relevante na formação do pensamento husserliano que se manteve sempre fiel ao seu propósito de *“tornar evidentes os conceitos a partir de sua gênese na consciência, por meio da descrição das atividades constitutivas”* (p. 88). Pode-se compreender, então, o difícil percurso trilhado pelo filósofo austríaco no esforço de superar o hiato irracional entre o caráter necessário, unitário e universal das estruturas lógico-matemáticas e a investigação genética e psicológica da diversidade e contingência das operações que supostamente produzem tais estruturas. O caminho só poderia ser o de distinguir os domínios da lógica e da psicologia, que ainda se encontravam perigosamente entrelaçados na *Filosofia da aritmética*, de modo a reconhecer o nível ideal e transcendental do lógico em relação ao psicológico. Mas se essa distinção mostrou-se – na vertente aberta por Leibniz, Bolzano, Lotze e Frege – como uma opção filosófica de enorme valor heurístico, também requeria um árduo esforço

de justificação que, embora se distanciando das insuficiências da investigação psicológica, também não poderia se apoiar nos limites intrínsecos da lógica formal. Foi, aliás, justamente essa consciência da esterilidade da lógica formal para a fundamentação do conhecimento que impulsionou o programa psicologista que então parecia aprisionado no impasse de um círculo vicioso. O caminho original de Husserl nas *Investigações lógicas* consistiu justamente na transfiguração do método genético que, resgatado do reducionismo empirista, passou a se orientar pela radicalidade crescente das reduções eidética e fenomenológica. Essa intenção radical dos sucessivos desdobramentos da redução que permitiu a passagem para além da interrupção artificial do método genético no momento do reducionismo psicologista e evidenciou a “*constituição intencional da consciência*” abrindo o horizonte ideal da lógica pura (p. 92-97).

Acompanhamos até aqui apenas alguns dos nexos conceituais da densa exposição feita pelo autor no primeiro capítulo de sua obra, que nos mostra como Husserl se apropria criticamente do empirismo inglês passando à ideia da lógica pura e abrindo a perspectiva da investigação fenomenológica. Mas não há como prosseguir num exame mais detalhado dos três outros capítulos que compõem a obra.

No segundo capítulo é examinada de modo aprofundado a ideia de lógica pura, mostrando a sua necessidade intrínseca, uma vez que as ciências particulares não podem, por princípio, elucidar os seus próprios pressupostos metodológicos, pois tal tarefa exige um novo método, ou seja, um recuo reflexivo que ultrapassa o registro da adequação específica entre um método determinado e o campo de seus objetos particulares, que é o que caracteriza a fecundidade das ciências positivas (p. 99-103). Mas se a refutação do psicologismo levou Husserl à ideia de lógica pura em sua necessidade intrínseca esta conquista não pode ser considerada como um resultado já assegurado, mas como o descortinar do imenso campo da investigação fenomenológica que ultrapassa os limites das *Investigações lógicas*, pois “*a fenomenologia só aparece, com efeito, no horizonte da lógica pura; uma análise completa desta pressuporia, assim, o exame de toda obra de Husserl*” (p. 146). Seja como for, ao penetrar no campo dessa investigação fenomenológica a própria ideia de lógica alcança a extensão ideal da máxima universalidade ao se apresentar como uma “*ciência das condições de da teoria em geral (...) com a função de investigar todos os tipos essenciais de teoria possível*” (p. 147). Essa “teoria das teorias” que alcança a sua máxima universalidade ideal não pode deixar de incluir em seu domínio as ciências fatuais concretas com seus objetos sensíveis. Para isso não pode, porém, se limitar a ser uma “*morfologia pura*”, mas deve se constituir numa “*lógica da verdade incumbida de esclarecer as condições formais da verdade e da evidência*” (p. 151) que, por sua vez, deverá “*refletir-se sobre si mesma*” de modo a alcançar a sua “*autoconsciência crítica*”. Esses deslocamentos conceptuais que desembocam em *Lógica formal e transcendental*

(1929) e nas *Meditações cartesianas* (1931) não são o produto de uma “viragem” abrupta, mas nascem da imposição de crescente radicalização do movimento mesmo do pensamento husserliano, pois “a fenomenologia transcendental situar-se-á na continuidade da ideia da lógica pura” (p. 257).

Apesar de apontar nessa direção, a obra do professor José Henrique não pretende ter tal abrangência, mas visa tão-somente mostrar como a refutação do psicologismo foi essencial na superação do preconceito empirista que atrelava a gênese do conhecimento ao particular, ao contingente e à causalidade psicológica tornando-se, desse modo, incapaz de apreender o domínio do ideal, o campo originário do *a priori* que independe das operações psíquicas que acompanham os juízos e proposições para se ater apenas ao conteúdo lógico em sua unidade, identidade e universalidade. Ora, o terceiro capítulo dedica-se longamente à apresentação da segunda das investigações lógicas (p. 157-253). O seu propósito, seguindo o argumento do filósofo, consiste em demonstrar o caráter irredutível do domínio do ideal por meio de uma teoria da abstração que, em oposição ao preconceito empirista do singular, seja estabelecida a partir da distinção, estabelecida pela descrição fenomenológica, entre os atos de consciência que visam os objetos individuais e aqueles essencialmente diferentes que intencionam a unidade específica dos objetos ideais. Desse modo, “ao refutar as teses nominalistas da abstração os ‘Prolegômenos à lógica pura’ liberam o ideal abstrato de seu último entrave... se o projeto lógico precisa dar a razão de si mesmo, não há de buscá-la no mundo dos fatos empíricos, que nada sabe da universalidade da ideia... não se pode mais confiar à psicologia a explicação dos princípios lógicos, porque essa ciência fatual da alma, com seu método indutivo, já pressupõe o que pretende explicar” (p. 255). Os princípios *a priori* que configuram as leis da razão em sua dimensão de idealidade e universalidade não resultam da construção discursiva, mas possuem um estatuto propriamente fenomenológico, pois se colocam ao alcance da intuição categorial. E será este o tema central do último capítulo que, retomando alguns dos nexos fundamentais da sexta investigação lógica, aponta não só na direção da superação definitiva do empirismo, mas ultrapassa também o resíduo empirista ainda presente em Kant, pois a experiência objetiva não é construída por meio da força extrínseca proveniente da unidade sintética do juízo (p. 255-307). A síntese provém de uma intuição não sensível, porém legítima, originária e constitutiva, na medida em que o “*termo categorial é uma forma ordenadora da própria experiência sensível no que ela possui de verdadeiro (...) o juízo reproduz na expressão lógica a unidade sintética do objeto experimentado, mas não a produz; se ele expressa o ‘estado-de-coisas’ como ele é em si, nós o dizemos um juízo verdadeiro. A unidade não é algo acrescentado à experiência, não depende de quaisquer formas a priori da sensibilidade...*” (p. 260-261). Aqui a originalidade da fenomenologia apresenta-se em toda a sua clareza, pois por meio da intuição categorial “fica definitivamente

sepultada a dicotomia clássica (tão exacerbada por Kant) entre sensibilidade e entendimento, como faculdades separadas por um abismo, às quais pudessem trazer alívio as formas a priori da sensibilidade. Na doutrina que emerge pouco a pouco dessas investigações lógicas, o intelectual e o sensível não se opõem, porque estão sempre permeados um pelo outro” (p. 262). Não foi sem motivo, portanto, o imenso impacto suscitado pelas *Investigações lógicas* em seu tempo e não é difícil compreender a profunda impressão que a sexta investigação lógica produziu no jovem Heidegger ao assinalar o caráter pré-predicativo da verdade (p. 267). A fenomenologia tendo sido movida pela intenção filosófica radical de dar razão de si mesma não pode encontrar repouso numa doutrina acabada, pois está sempre tensionada entre a idealidade como domínio objetivo próprio e a necessidade do próprio método em escavar em suas pressuposições aquilo que ainda não está devidamente evidenciado. A fenomenologia propõe que a filosofia seja uma ciência rigorosa justamente porque a filosofia jamais pode ser “científica” ou “naturalizada”, porque o seu movimento não avança em direção a posições cada vez mais determinadas ou positivas, mas recua para a posição sempre anterior e primeira da doação originária e, por conseguinte, o seu rigor consiste na fidelidade a essa sua vocação de *philosophia prima*.

Qualquer que seja a opção filosófica do leitor ele só poderá se beneficiar da leitura dessa obra.. Não será certamente uma tarefa fácil, mas poderá enfrentá-la na certeza de que a leitura árdua no esforço de reconstrução do argumento husserliano será bem recompensada ao final, pois propiciará uma maior clareza acerca de um problema crucial do pensamento contemporâneo: o da possibilidade de fundamentação do conhecimento humano a partir do reconhecimento da finitude do homem que conhece. Trata-se de um problema verdadeiramente crucial, pois nele se entrecruzam duas orientações filosóficas que aparentemente se afastam, mas que se entrelaçam numa rejeição comum feita em nome de um pensamento supostamente pós-metafísico: a recusa de toda pretensão fundacionista como ilusória e o descarte da exigência autorreflexiva de uma filosofia primeira como irrelevante. Deparamo-nos, assim, no cipoal semântico de nossa época, com essa estranha interpenetração da *koiné* hermenêutica, a alimentar o relativismo da cultura pós-moderna e do programa forte de naturalização da epistemologia, a expressar o compromisso inelutável da nossa civilização com o seu destino tecnocientífico.

Não poderia encerrar, entretanto, essa modesta recensão de uma obra tão rica e estimulante sem mencionar brevemente o belo e profundo *Prefácio à edição brasileira* (p. 11-30). Nele o autor se justifica diante do novo leitor por ter novamente publicado um trabalho acadêmico de sua juventude e o faz confessando ter chegado “o momento da releitura, quando a vida intelectual busca um ajuste de contas consigo, na esperança de confirmar o que ameahou ao longo dos anos”. Não obstante, a razão substantiva

para a nova publicação reside na arraigada convicção de que o valor de verdade do pensamento resiste ao tempo e não pode ser medido pelas opiniões que parecem prevalecer no momento histórico em que se vive. Um valor de verdade que se nutre das *rhizómata pantoön* que até hoje ainda não puderam ser arrancadas da alma humana em sua co-naturalidade com a totalidade das coisas e com o sentido mesmo do ser. Por isso, o novo prefácio mostra que, longe de se confundir com a reiteração dogmática de um trabalho de juventude, o texto está aberto à vida do pensamento quando é proposta, em breves linhas – nascidas dos muitos anos de meditação e estudo da fenomenologia hegeliana – uma questão que se mostra incontornável por nascer daquela pulsão metafísica que não cessa de aguilhoar as nossas certezas, sem que por isso possa ser silenciada. Eis a sua formulação exemplar: estará a dialética do Absoluto além da fronteira da experiência possível, como se fosse preciso afastar-se do mundo para contemplá-lo à distância? Poderá o *Saber Absoluto* introduzido pela *Fenomenologia do espírito* satisfazer a sede de infinito sem deixar de lado o ideal da *Filosofia como ciência de rigor*? Questão que certamente ultrapassa em muito o espaço de um simples prefácio, mas que revela no autor o mesmo “eterno principiante” com que Husserl se definia e nele testemunha a mesma “*grandeza de alma e nobreza de caráter, sem as quais não se é digno de contemplar a verdade*”.

Endereço do Autor:

Departamento de Filosofia

Fafich/UFMG

e-mail: carlosdrawin@yahoo.com.br

